

Nesta Edição:

- Câmara aprova MPV 630/2013;
- CMADS aprova projeto de lei que reduz IPI de produtos ecologicamente sustentáveis;
- Comissão Especial sobre eclusas recebe representante do IBAMA;
- Audiência Pública debate a criação do Pão Brasileiro;
- Comissão Geral Debate Mudanças na Lei da Microempresa;
- CNI participa de audiência sobre mediação e arbitragem na Câmara dos Deputados;

Câmara aprova MPV 630/2013

Hoje o Plenário da Câmara aprovou o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), na forma de Projeto de Lei de Conversão 01 de 2014, para alterar regras do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O relatório estende o RDC a todas as licitações dos órgãos da administração pública no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Promove, ainda, outras alterações:

- ✓ estende a aplicação do regime aos serviços de manutenção e/ou operação dos objetos executados, por até 5 anos, a partir da data da entrega da obra;
- ✓ dá preferência para julgamento dos contratos por contratação integrada pelo critério técnica e preço;
- ✓ nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia com previsão de retomada do objeto, a ser definido entre 10% a 30% do valor do contrato; para valores globais acima de 100 milhões de reais, será obrigatória garantia de 30% do valor do contrato, podendo ser reduzido para até 10%, quando não envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis ou, se a apólice inviabilizar as contratações.

A matéria segue para apreciação Senado Federal. A Medida Provisória perde sua eficácia em 02 de junho de 2014.

CMADS aprova projeto de lei que reduz IPI de produtos ecologicamente sustentáveis

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto de lei nº 4611/2012 que estabelece redução de IPI para produtos adequados à economia verde de baixo carbono., do deputado Junji Abe (PSD/SP), com substitutivo do relator substituto, deputado André de Paula (PSD/PE),

O texto aprovado prevê reduções nas alíquotas de PIS/COFINS, ao invés de isenção de IPI como previsto no texto original, e limita o benefício tributário somente às atividades que reduzam a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A posição da CNI é convergente com ressalvas.

painel

■ CME criará subcomissão para acompanhar os impactos ambientais de obras de infraestrutura na Amazônia

A Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou o requerimento nº 304/2014, de autoria do deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA), com alterações propostas pelo deputado Dudimar Paxiuba (PROS/PA), para criação de subcomissão especial para acompanhar as condicionantes e os impactos ambientais oriundos da construção de hidrelétricas, portos e hidrovias na Amazônia.

■ CME debaterá os impactos do setor energético brasileiro na competitividade da Indústria de Base

A Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou o requerimento nº 315/2014, de autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB/SC), para realização de audiência pública para debater a competitividade da Indústria de Base à luz das necessidades do setor energético brasileiro. A data não foi marcada.

Comissão Especial sobre eclusas recebe representante do IBAMA

A Comissão Especial que trata da transposição hidroviária de níveis realizou hoje audiência pública intitulada " Visão Governamental do Setor do Meio Ambiente", com o convidado Eugênio Pio, do IBAMA.

O representante do IBAMA defendeu que o projeto de usinas hidrelétricas ou outros barramentos deve conter também o planejamento para construção de eclusas. Segundo ele, tal medida diminuiria o impacto financeiro e ambiental de uma obra de eclusa planejada *a posteriori*. Advertiu, também, que somente a construção de transposições hidroviárias não basta para a criação de hidrovias – devem ser realizadas obras de derrocamento, sinalização e dragagem.

Serão realizadas, ainda, mais 3 audiências públicas em 16/04; 23/04 e 07/05.

Audiência Pública debate a criação do Pão Brasileiro

Realizou-se, nesta data, audiência pública para debater o PL 5332/2009, que trata da criação do "pão brasileiro", a ser produzido com farinha de trigo adicionada de farinha refinada, farinha de raspa ou farinha de fécula de mandioca, produzidos no País ou importados do exterior, adquiridos pelo poder público. O substitutivo apresentado na Comissão Especial suprime o Regime Tributário Especial sugerido no texto original.

Ademais, não incorpora a obrigatoriedade de utilização de fécula de mandioca na fabricação de pães e autoriza o Poder Executivo a reduzir e restabelecer os percentuais de aquisição de farinha de mandioca, de acordo com as oscilações de mercado. Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre a fécula de mandioca classificada nos códigos 1108.1400 e 3505.1000 da Tipi. Inclui, ainda, a determinação de que o fornecedor da farinha misturada deverá apresentar laudo técnico que ateste sua composição.

Estiveram presentes os Srs. José Batista de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Panificação – ABIP; Ivo Pierin, Presidente da Câmara Setorial da Mandioca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Joselito da Silva Motta, pesquisador da EMBRAPA; Flávio Enir Turra, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sérgio Roberto Dotto – Chefe Geral da EMBRAPA; e Nelson Mozart, da Associação Brasileira da Indústria do Trigo – ABITRIGO.

Em linhas gerais, o Sr. Joselito da Silva Mota, da EMBRAPA, defendeu os benefícios do cultivo da mandioca, em termos nutricionais, de produtividade e de inclusão social. Apresentou dados e avaliações relativos a estudos realizados com o pão fabricado com 10% de fécula de mandioca, indicando a aprovação do mesmo por parte do consumidor.

panel

■ CME realizará em Parauapebas, Pará, mesa-redonda sobre o relatório do Novo Marco Regulatório da Mineração

A Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou o requerimento nº 305/2014, de autoria do deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA), com alterações do deputado Geraldo Thadeu (PSD/MG), para realização de mesa-redonda em Parauapebas, Pará, com a finalidade de apresentação e debate do relatório do novo Marco Regulatório da Mineração. O evento contará com a participação do deputado federal Leonardo Quintão (PMDB/MG), relator da proposta. A data ainda não foi marcada.

■ Instalação e eleição da Comissão Mista da MPV 641/2014

Instalada a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MPV 641/2014, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, o deputado Fernando Ferro (PT/PE) e o senador Ivo Cassol (PP/RO), e designados relator e relator revisor, respectivamente, o senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e o deputado Manoel Junior (PMDB/PB).

O presidente da ABIP, Sr. José Batista de Oliveira colocou que cerca de 40% da produção de fécula de mandioca já é utilizada na panificação, mas não diretamente para fabricação de pães. Salientou a forte diferença entre o tradicional pão francês (ou pão de sal) e aquele feito de mandioca. Enfatizou que são produtos distintos e com características nutritivas diferenciadas. Frisou que a ABIP é contrária à obrigatoriedade da inclusão de fécula de mandioca na fabricação de pães.

Ao longo das discussões, surgiu a proposta da inclusão de uma terceira receita para a confecção do denominado “pão brasileiro”, sem modificar aquela já tradicional.

A autora, Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA), comprometeu-se a explorar melhor as posições e contrapontos expostos e consultar a relatora.

Inicialmente, o projeto foi distribuído para as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Defesa do Consumidor (CDC); Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Na CAPADR, foi aprovado com substitutivo. Criou-se, então, Comissão Especial para apreciar a matéria. Nesta, obteve da relatora, Dep. Nilda Gondim (PMDB/PB), parecer favorável com substitutivo. Se aprovado, segue para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

Comissão Geral debate mudanças na Lei da Microempresa

Realizou-se, no Plenário da Câmara dos Deputados, Comissão Geral sobre o PLP 221/2012 (PLP 237/2012 apensado), com vistas a debater as propostas de atualização da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE).

Dentre os participantes, estiveram presentes o Sr. Amaro Sales de Araújo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN e do Conselho de Micro e Pequenas Empresas da Confederação das Indústrias - CNI, além de outros representantes do setor industrial; Sr. Luiz Eduardo Pereira Barreto, Presidente do Sebrae; Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), Presidente da Câmara dos Deputados; Dep. Claudio Puty (PT/PA), relator do PLP 221/2012 na Comissão Especial - CESP; Dep. Armando Vergilio (SSD/GO); Ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa; Sr. Yukiharu Hamada, Coordenador do SIMPLES Nacional da Receita Estadual do Paraná; Sra. Marlene Izidro Vieira, Presidente da Federação Nacional de Associações de Prestadores de Serviço de Fisioterapia.

O relator do PLP 221/2012, Dep. Claudio Puty (PT/PA), enumerou os principais pontos do substitutivo apresentado, notadamente: obrigatoriedade de tratamento diferenciado em todos os instrumentos legais; universalização do acesso ao Simples Nacional para serviços e atividades intelectuais; limitação da substituição tributária e antecipação do ICMS para optantes do Simples Nacional; cadastro único por CNPJ e restrição a impedimento por outros cadastros; determinação do grau de risco em nível federal; redução de multas; ajustes nos sublimites estaduais; inclusão dos serviços no aumento do teto para empresas exportadoras; invalidação de exigências e atos que não respeitarem a fiscalização orientadora e a dupla visita; entre outros.

Sr. Amaro Sales de Araújo, Presidente da FIERN e do Conselho de Micro e Pequenas Empresas da CNI, destacou aspectos que ainda merecem aperfeiçoamento: a eliminação dos sublimites estaduais de enquadramento para o ICMS e o ISS; a criação de um regime de transição para o momento de

saída do Simples Nacional; a possibilidade de fruição de outros benefícios fiscais independentemente da previsão legal; universalização do acesso ao Simples Nacional; e criação da possibilidade do abatimento de parcela dedutível do valor devido pelo pagamento do Simples Nacional, conforme faixa de renda da pessoa jurídica. Lembrou que a CNI apoia a política brasileira para MPEs, baseada no tratamento diferenciado e favorecido previsto na Constituição Federal e no diálogo entre o setor público e privado para a construção de soluções que aumentem a competitividade da economia brasileira.

Sr. Luiz Eduardo Pereira Barreto, Presidente do Sebrae, enfatizou a importância do aprimoramento do instrumento de substituição tributária e da universalização do acesso ao Simples Nacional. A Sra. Marlene Izidro Vieira, Presidente da Federação Nacional de Associações de Prestadores de Serviço de Fisioterapia, assim como outros que se manifestaram, clamou pela universalização do acesso ao Simples Nacional. O Sr. Yukiharu Hamada, Coordenador do Simples Nacional da Receita Estadual do Paraná, criticou a ausência de formatação do instrumento de substituição tributária no projeto. Em linhas gerais, as demais intervenções também se relacionaram a aprimoramentos em relação a esse instrumento e defenderam o tratamento diferenciado às MPE.

O Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) chamou a atenção para a importância da Comissão Geral e para a expressão das MPEs na economia Brasileira, que representam 40% da massa de salários e são amplamente responsáveis pelo crescimento da economia brasileira. Destacou pontos relevantes da discussão, tais como a redução da burocracia e do tempo gasto para abrir e fechar empresas e a universalização do acesso ao Simples Nacional. Chamou a Casa e seus representantes ao compromisso de votar o Projeto em 29 de abril.

O Ministro Guilherme Afif Domingos exaltou a relevância da atividade das MPEs e sua importância para o Brasil. Ressaltou as melhorias que o Projeto trará para os optantes do Simples Nacional e agradeceu o apoio de todos no processo de construção da proposição.

Com a perspectiva de ser votado ainda neste mês de abril, o PLP 221/2012, após aprovado pelo Plenário da Câmara, segue para a apreciação do Senado Federal.

CNI participa de audiência sobre mediação e arbitragem na Câmara dos Deputados

A CNI participou, ontem, da audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, para debater propostas que tratam da mediação e da arbitragem na resolução de conflitos. Participaram também da reunião, como convidados, representantes do Ministério da Justiça, STJ, AGU, OAB/RJ; CNF, CNC e da Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal.

Os convidados elogiaram os textos dos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados que amplia a abrangência da Lei de Arbitragem (PL 7108/20147) e que estabelece regras para mediação de conflitos judiciais e extrajudiciais (PL 7169/2014). Consideram importante a aprovação dos projetos para diminuir prazos de tramitação das demandas judiciais e número de processos.

A representante da Confederação Nacional da Indústria, Dra. Christina Aires Correa Lima, destacou a importância das matérias tratadas nos projetos e a preocupação do segmento industrial com os temas. Segundo Christina, o Mapa Estratégico da Indústria aponta como solução para morosidade dos processos judiciais, ações que estimulem o uso dos mecanismos de arbitragem e mediação e o

desenvolvimento de propostas e estudos que proporcionem, também, a composição extrajudicial de conflitos com o poder público.

Quando a justiça é lenta na resolução de conflitos, as partes envolvidas perdem a confiança na capacidade de fazer valer seus direitos e deveres, o que afasta investidores, restringe o crédito, aumenta o custo de produção e a insegurança jurídica, ressaltou a representante da CNI.

Ao final sugeriu que os projetos de lei em debate deveriam estabelecer regras para a mediação e arbitragem de questões trabalhistas e tributárias, por serem temas com grande volume de processos. O deputado Alex Canziani (PTB/PR), relator do PL 7169 e requerente da audiência pública, receberá sugestões sobre os temas.

O PL 7108/2014 recebeu novo despacho e será analisado em Comissão Especial, ainda em processo de criação.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.